

AURY LOPES JR.

Doutor em Direito Processual Penal pela Universidad Complutense de Madrid. Professor Titular de Direito Processual Penal da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professor no Programa de Pós-Graduação - Doutorado, Mestrado e Especialização - em Ciências Criminais da PUCRS. Membro da Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas (ABRACRIM), do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM) e Membro Emérito do Instituto Baiano de Direito Processual Penal (IBADPP). Parecerista e conferencista. Advogado Criminalista integrante do Escritório Aury Lopes Junior Advogados Associados, com sede em Porto Alegre e Brasília.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

21ª edição
2024



Diretoria executiva	Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos	Fernando Penteado
Gerência de conteúdo e aquisições	Thais Cassoli Reato Cázar
Gerência editorial	Livia Céspedes
Novos projetos	Aline Darcy Flór de Souza Dalila Costa de Oliveira
Edição	Deborah Gastano de Freitas Viadana
Design e produção	Jeferson Costa da Silva (coord.) Giselle Cristina da Silva Honório Guilherme Salvador Lais Soriano Rosana Peroni Fazolari Tiago Dela Rosa Verônica Pivisan
Planejamento e projetos	Cintia Aparecida dos Santos Daniela Maria Chaves Carvalho Emily Larissa Ferreira da Silva Kelli Priscila Pinto
Diagramação	Cássia Souto
Revisão	Viviane Oshima
Capa	Tiago Dela Rosa
Produção gráfica	Mari Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Edições Loyola

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Odílio Hilário Morello Junior – CRB-8/9849

L928d	Lopes Jr., Aury
	Direito Processual Penal / Aury Lopes Jr. - 21. ed. - São Paulo : SaraivaJur, 2024.
	1.408 p.
	ISBN: 978-85-6362-059-3 (impresso)
	1. Direito. 2. Direito Processual Penal. I. Título.
2023-3085	COD 341.43 CDU 343.1

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito Processual Penal	341.43
2. Direito Processual Penal	343.1

Data de fechamento da edição: 21-11-2023

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA CL CAE

SUMÁRIO

Nota do Autor à 21ª Edição.....	XI
CAPÍTULO I	
Um Processo Penal Para Quê(m)? ANÁLISE DO FUNDAMENTO, NATUREZA JURÍDICA, SISTEMAS PROCESSUAIS E OBJETO.....	1
1. Pena e Processo Penal: Princípio da Necessidade.....	1
2. Natureza Jurídica do Processo (Penal).....	4
2.1. Processo como Relação Jurídica – Bülow.....	4
2.2. Processo como Situação Jurídica – James Goldschmidt.....	6
2.3. Processo como Procedimento em Contraditório – Elio Fazzalari	8
3. Sistemas Processuais Penais: Inquisitório, Acusatório e (o Ilusório) Misto .	9
3.1. Sistema Processual Inquisitório.....	10
3.2. Sistema Processual Acusatório.....	13
3.3. Sistema Processual Misto e sua Insuficiência Conceitual.....	14
3.4. E o Sistema Processual Penal Brasileiro?.....	17
4. Objeto do Processo Penal: a Pretensão Acusatória.....	23
Síntese do Capítulo.....	27
CAPÍTULO II	
Introdução ao Estudo dos Princípios Constitucionais do Processo Penal..	31
1. Jurisdicionalidade – <i>Nulla Poena, Nulla Culpa sine Iudicio</i>	32
1.1. A Função do Juiz no Processo Penal.....	33

1.2. A (Complexa) Garantia da Imparcialidade Objetiva e Subjetiva do Julgador.....	36
1.2.1. (Re)Pensando os Poderes Investigatórios/Instrutórios do Juiz.....	36
1.2.2. Contributo da Teoria da Dissonância Cognitiva para a Compreensão da Imparcialidade do Juiz	43
1.3. O Direito de Ser Julgado em um Prazo Razoável (art. 5º, LXXVIII, da CF): o Tempo como Pena e a (De)Mora Jurisdicional.....	47
1.3.1. Introdução Necessária: Recordando o Rompimento do Paradigma Newtoniano	47
1.3.2. Tempo e Penas Processuais	50
1.3.3. A (De)Mora Jurisdicional e o Direito a um Processo sem Dilações Indevidas	54
1.3.4. A Recepção pelo Direito Brasileiro	55
1.3.5. A Problemática Definição dos Critérios: a Doutrina do Não Prazo (ou a Ineficácia de Prazos sem Sanção).....	55
1.3.6. <i>Nulla Coactio sine Lege</i> : a (Urgente) Necessidade de Estabelecer Limites Normativos.....	58
1.3.7. A Condenação do Brasil no Caso Ximenes Lopes	62
1.3.8. Em Busca de “Soluções”: Compensatórias, Processuais e Sancionatórias.....	65
1.3.9. Concluindo: o Difícil Equilíbrio entre a (De)Mora Jurisdicional e o Atropelo das Garantias Fundamentais.....	68
2. Princípio Acusatório: Separação de Funções e Iniciativa Probatória das Partes. A Imparcialidade do Julgador.....	70
3. Presunção de Inocência: Norma de Tratamento, Probatória e de Julgamento.....	72
4. Contraditório e Ampla Defesa	81
4.1. Direito ao Contraditório	81
4.2. Direito de Defesa: Técnica e Pessoal	83
4.2.1. Defesa Técnica	83
4.2.2. A Defesa Pessoal: Positiva e Negativa	85
4.2.2.1. Defesa Pessoal Positiva	85
4.2.2.2. Defesa Pessoal Negativa (<i>Nemo Tenetur se Detegere</i>)	88
5. Fundamentação das Decisões Judiciais. Superando o Cartesianismo.....	89
Síntese do Capítulo	92
 CAPÍTULO III	
Lei Processual Penal no Tempo e no Espaço	97
1. Lei Processual Penal no Tempo.....	97

1.1. A Leitura Tradicional: Princípio da Imediatidade	97
1.2. Uma (Re)Leitura Constitucional: Retroatividade da Lei Penal e Processual Penal Mais Benéfica	99
2. Lei Processual Penal no Espaço	104
Síntese do Capítulo	106

CAPÍTULO IV

A Investigação Preliminar Brasileira: O Inquérito Policial	107
1. Considerações Prévias. Fundamento da Existência e Natureza Jurídica...	107
2. Órgão Encarregado. Atuação Policial e do Ministério Público	108
3. A Posição do Juiz Frente ao Inquérito Policial: O Juiz das Garantias.....	111
3.1. Por Que Precisamos do Juiz das Garantias? Qual o Fundamento do Sistema “Duplo Juiz”?.....	113
3.2. Atuação do Juiz das Garantias: Análise do Art. 3º-B e Seguintes do CPP	116
4. Objeto e sua Limitação	134
4.1. Limitação Qualitativa	134
4.2. Limitação Temporal: Prazo Razoável (Prazo – Sanção = Ineficácia).	137
5. Análise da Forma dos Atos do Inquérito Policial	140
5.1. Atos de Iniciação – Art. 5º do CPP.....	140
5.1.1. De Ofício pela Própria Autoridade Policial	140
5.1.2. Requisição do Ministério Público (ou Órgão Jurisdicional?)	141
5.1.3. Requerimento do Ofendido (Delitos de Ação Penal de Iniciativa Pública Incondicionada).....	143
5.1.4. Comunicação Oral ou Escrita de Delito de Ação Penal de Iniciativa Pública	144
5.1.5. Representação do Ofendido nos Delitos de Ação Penal de Iniciativa Pública Condicionadas	146
5.1.6. Requerimento do Ofendido nos Delitos de Ação Penal de Iniciativa Privada	150
5.2. Atos de Desenvolvimento: Arts. 6º e 7º do CPP	151
5.3. As Medidas Previstas nos Arts. 13-A e 13-B do CPP	160
6. Estrutura dos Atos do Inquérito Policial: Lugar, Tempo e Forma. Segredo e Publicidade	162
7. Valor Probatório dos Atos do Inquérito Policial	165
7.1. A Equivocada Presunção de Veracidade	166
7.2. Distinção entre Atos de Prova e Atos de Investigação	167

XVIII DIREITO PROCESSUAL PENAL O AURY LOPES JR.

7.3. O Valor Probatório do Inquérito Policial. A Exclusão Física das Peças do Inquérito. A Contaminação Consciente ou Inconsciente do Julgador	168
7.3.1. Provas Repetíveis. Provas Irrepetíveis. Classificando as Provas Irrepetíveis. A Produção Antecipada de Provas	172
8. O Indiciado no Sistema Brasileiro	176
9. Direito de Defesa e Contraditório no Inquérito Policial	180
10. Garantias do Defensor e a Investigação Defensiva	183
11. A Conclusão do Inquérito Policial. Oferecimento da Denúncia ou Queixa. Arquivamento pelo Ministério Público e o art. 28 do CPP.	191
12. O Acordo de Não Persecução Penal	201
Síntese do Capítulo	214

CAPÍTULO V

Ação Processual Penal. (Re)Pensando Conceitos e Condições da Ação	219
1. Síntese do Estado da Arte e Natureza Jurídica	219
2. Condições da Ação Penal: Equívocos da Visão Tradicional-Civilista	221
3. Condições da Ação Penal Segundo as Categorias Próprias do Processo Penal	224
3.1. Prática de Fato Aparentemente Criminoso – <i>Fumus Commisssi Delicti</i>	225
3.2. Punibilidade Concreta	226
3.3. Legitimidade de Parte.....	227
3.4. Justa Causa.....	228
3.4.1. Justa Causa. Existência de Indícios Razoáveis de Autoria e Materialidade	229
3.4.2. Justa Causa. Controle Processual do Caráter Fragmentário da Intervenção Penal.....	230
4. Outras Condições da Ação Processual Penal	231
5. Ação Penal de Iniciativa Pública.....	232
5.1. Regras da Ação Penal de Iniciativa Pública (Condicionada ou Incondicionada).....	232
5.1.1. Oficialidade ou Investidura	233
5.1.2. Obrigatoriedade (ou Legalidade).....	233
5.1.3. Indisponibilidade.....	233
5.1.4. Indivisibilidade	235
5.1.5. Intranscendência.....	236
5.2. Espécies de Ação Penal de Iniciativa Pública.....	236
5.2.1. Ação Penal de Iniciativa Pública Incondicionada	236

5.2.2. Ação Penal de Iniciativa Pública Condicionada	240
6. Ação Penal de Iniciativa Privada	247
6.1. Regras que Orientam a Ação Penal de Iniciativa Privada	248
6.2. Titularidade (Querelante) e o Prazo Decadencial.....	249
6.2.1. Procuração com Poderes Especiais: a Menção ao Fato Criminoso.....	251
6.3. Espécies de Ação Penal de Iniciativa Privada	252
6.4. Ação Penal nos Crimes Praticados contra a Honra de Servidor Público.....	254
6.5. Renúncia, Perdão e Perempção.....	255
7. Aditamentos Próprios e Impróprios na Ação Penal de Iniciativa Pública ou Privada. Interrupção da Prescrição. Falhas e Omissões na Queixa-Crime.....	259
7.1. Aditamentos da Ação Penal de Iniciativa Pública	259
7.2. Falhas e Omissões na Queixa-Crime. Existe Aditamento na Ação Penal de Iniciativa Privada?	261
8. Fixação de Valor Indenizatório na Sentença Penal Condenatória e os Casos de Ação Civil <i>Ex Delicti</i>	263
Síntese do Capítulo.....	272

CAPÍTULO VI

Jurisdição Penal e Competência: De Poder-Dever a Direito Fundamental 277

1. Princípios da Jurisdição Penal.....	279
1.1. Princípio da Inércia da Jurisdição	279
1.2. Princípio da Imparcialidade	279
1.3. Princípio do Juiz Natural	280
1.4. Princípio da Indeclinabilidade da Jurisdição	281
2. A Competência em Matéria Penal: Matéria, Pessoa e Lugar	282
2.1. Qual é a Justiça Competente? Definição da Competência das Justiças Especiais (Militar e Eleitoral) e Comuns (Federal e Estadual). Qual é o Órgão Competente? Análise da Problemática acerca da Prerrogativa de Função.....	288
2.1.1. Justiça (Especial) Militar da União (Federal)	288
2.1.2. Justiça (Especial) Militar Estadual	293
2.1.3. Justiça (Especial) Eleitoral	297
2.1.4. Justiça (Comum) Federal.....	301
2.1.5. Justiça (Comum) Estadual.....	317
2.2. Qual o Órgão? Competência em Razão da Pessoa: a Prerrogativa de Função e a Mudança de Entendimento do STF.....	320
2.2.1. Algumas Prerrogativas Importantes.....	325

2.2.2. Alguns Problemas em Torno da Competência Constitucional do Tribunal do Júri.....	329
2.2.3. Prerrogativa de Função para Vítima do Crime?	331
2.2.4. O Julgamento Colegiado para os Crimes Praticados por Organização Criminosa – Lei n. 12.694/2012	333
2.3. Qual é o Foro Competente (Local)?	338
2.4. Qual é a Vara, o Juízo Competente?	342
3. Causas Modificadoras da Competência: Conexão e Continência	342
3.1. Conexão	342
3.2. Continência	344
3.3. Regras para Definição da Competência nos Casos de Conexão ou Continência	345
3.4. Cisão Processual Obrigatória e Facultativa	351
4. Por uma Leitura Constitucional do Art. 567 do CPP	353
Síntese do Capítulo	356

CAPÍTULO VII

Das Questões e Processos Incidentes	363
1. Das Questões Prejudiciais.....	363
2. Dos Processos Incidentes	366
2.1. Das Exceções Processuais.....	366
2.1.1. Exceção de Suspeição	368
2.1.2. Exceção de Incompetência	375
2.1.3. Exceção de Litispendência.....	377
2.1.4. Exceção de Ilegitimidade de Parte	379
2.1.5. Exceção de Coisa Julgada	380
2.2. Conflito de Jurisdição e de Competência	385
Síntese do Capítulo	387

CAPÍTULO VIII

Teoria Geral da Prova no Processo Penal	391
1. Conceito e Função da Prova	391
1.1. O Ritual de Reconhecimento.....	391
1.2. Função Persuasiva da Prova, Captura Psíquica e Formação Racional do Convencimento Judicial	394
2. Epistemologia da Prova e o “Lugar” da Verdade no Processo Penal	397
2.1. Standard Probatório	408

2.2. <i>In Dubio Pro Reo</i> e Prova Além de Toda a Dúvida Razoável	409
2.3. Rebaixamento de <i>Standard</i>	413
3. Provas e Modos de Construção do Convencimento: (Re)Visitando os Sistemas Processuais. O Problemático art. 156 e sua Revogação Tácita	414
4. Principiologia da Prova. Distinção entre Meios de Prova e Meios de Obtenção de Provas.....	421
4.1. Garantia da Jurisdição: Distinção entre Atos de Investigação e Atos de Prova.....	422
4.2. Presunção de Inocência	423
4.3. Carga da Prova e <i>In Dubio Pro Reo</i> : Quando o Réu Alega uma Causa de Exclusão da Ilicitude, Ele Deve Provar?	425
4.4. <i>In Dubio Pro Societate</i> : (Des)Velando um Ranço Inquisitório	430
4.5. Contraditório e Momentos da Prova	431
4.6. Provas e Direito de Defesa: o <i>Nemo Tenetur se Detegere</i>	437
4.7. Valoração das Provas: Sistema Legal de Provas, Íntima Convicção e Livre(?) Convencimento Motivado	439
4.8. O Princípio da Identidade Física do Juiz	442
5. Dos Limites à Atividade Probatória.....	443
5.1. Os Limites Extrapenais da Prova	443
5.2. Provas típicas e atípicas.....	444
5.3. Limites à Admissibilidade da Prova Emprestada e à Transferência de Provas	447
5.4. Encontro Fortuito e Princípio da Serendipidade. O Problema do Desvio da Vinculação Causal da Prova. Limites à Admissibilidade da Prova Emprestada	448
5.5. Limites à Licitude da Prova: Distinção entre Prova Ilícita e Prova Ilegítima	458
5.6. Teorias sobre a Admissibilidade das Provas Ilícitas	460
5.6.1. Admissibilidade Processual da Prova Ilícita	460
5.6.2. Inadmissibilidade Absoluta.....	461
5.6.3. Admissibilidade da Prova Ilícita em Nome do Princípio da Proporcionalidade (ou da Razoabilidade)	462
5.6.4. Admissibilidade da Prova Ilícita a Partir da Proporcionalidade <i>Pro Reo</i>	463
5.7. Prova Ilícita por Derivação	465
5.7.1. O Princípio da Contaminação e sua (Perigosa) Relativização.....	465
5.7.2. Visão Crítica: a Recusa ao Decisionismo e ao Reducionismo Cartesiano	471
5.8. A Importância da Cadeia de Custódia da Prova Penal	475
6. A Produção Antecipada de Provas no Processo Penal.....	485

7. Provas Digitais. Especificidade da Antecipação da Produção de Provas. Refundação do Contraditório. Valoração Probatória.	487
Síntese do Capítulo	492

CAPÍTULO IX

Das Provas em Espécie	501
1. Prova Pericial e Exame de Corpo de Delito	501
1.1. Contraditório e Direito de Defesa na Prova Pericial.....	506
1.2. Perícia Particular. Possibilidade de Contraprova Pericial. Limitações da Fase Pré-Processual.....	507
1.3. O Exame de Corpo de Delito Direto e Indireto	508
1.4. Intervenções Corporais e os Limites Assegurados pelo <i>Nemo Tenetur se Detegere</i> . A Extração Compulsória de Material Genético. Alterações Introduzidas pela Lei n. 12.654/2012.....	512
1.5. Valor Probatório da Identificação do Perfil Genético. É a Prova Técnica a “Rainha das Provas”?	520
2. Interrogatório.....	524
2.1. A Defesa Pessoal Positiva	524
2.2. A Defesa Pessoal Negativa. Direito de Silêncio. O <i>Nemo Tenetur se Detegere</i>	527
2.3. Interrogatório do Corréu. Separação. Perguntas da Defesa do Corréu. Repetição do Interrogatório. Momento da Oitiva do Corréu Delator.....	531
2.4. O Interrogatório por Videoconferência.....	534
3. Da Confissão	536
4. Das Perguntas ao Ofendido. A Palavra da Vítima	538
4.1. A Problemática Acerca da Valoração da Palavra da Vítima. O Errôneo Rebaixamento de <i>Standard</i> Probatório nos Crimes Sexuais	542
4.2. Falsas Memórias e os Perigos da Palavra da Vítima (e da Prova Testemunhal). O Paradigmático “Caso Escola Base”	545
5. Da Prova Testemunhal	556
5.1. A Polêmica em Torno do Art. 212 e a Resistência da Cultura Inquisitória. A Expressa Adoção do Sistema Acusatório no CPP	556
5.2. Quem Pode Ser Testemunha? Restrições, Recusas, Proibições e Compromisso. Contraditando a Testemunha.....	559
5.3. Classificando as Testemunhas. Caracteres do Testemunho.....	564
5.4. A (Ilusão de) Objetividade do Testemunho – Art. 213 do CPP	567
5.5. Momento de Arrolar as Testemunhas. Limites Numéricos. Substituição e Desistência. Pode o Assistente da Acusação Arrolar Testemunhas? Oitiva por Carta Precatória e Rogatória	569

5.6. Valor Probatório da Prova Testemunhal. Depoimento de Policiais ..	576
6. Reconhecimento de Pessoas e Coisas	581
6.1. (In)Observância das Formalidades Legais. Número de Pessoas e Semelhança Física.....	582
6.2. Reconhecimento por Fotografia. (Im)Possibilidade de Alteração das Características Físicas do Imputado. Reconhecimento facial feito por computadores	587
6.3. Breve Problematização do Reconhecimento desde a Psicologia Judiciária.....	591
6.4. (Re)Pensando o Reconhecimento Pessoal. Necessidade de Redução de Danos. Reconhecimento Sequencial. Valor probatório do Reconhecimento Pessoal.....	594
7. Reconstituição do Delito. Reprodução Simulada.....	598
8. Acareação.....	601
9. Da Prova Documental.....	603
9.1. Conceito de Documento. Abertura e Limites Conceituais.....	603
9.2. Momento da Juntada dos Documentos. Exceções. Cautelas ao Aplicar o Art. 479 do CPP.....	604
9.3. Autenticações. Documentos em Língua Estrangeira (Recusa ao) Ativismo Judicial. O que São “Públicas-Formas”?.....	606
10. Dos Índícios.....	607
11. Da Busca e (da) Apreensão	609
11.1. Distinção entre os Dois Institutos. Finalidade. Direitos Fundamentais Tensionados.....	609
11.2. Momentos da Busca e da Apreensão.....	610
11.3. Da Busca Domiciliar. Conceito de Casa. Finalidade da Busca	611
11.4. Busca Domiciliar. Consentimento do Morador. Invalidez do Consentimento Dado por Preso Cautelar. Busca em Caso de Flagrante Delito. A Problemática na Situação de Crime Permanente.....	614
11.5. Requisitos do Mandado de Busca. A Ilegalidade da Busca Genérica. A Busca em Escritórios de Advocacia	625
11.6. Busca Domiciliar. Requisitos para o Cumprimento da Medida Judicial (Dia e Noite). Realização Pessoal da Busca pelo Juiz. Violação do Sistema Acusatório	629
11.7. Apreensão. Formalização do Ato. Distinção entre Apreensão e Medidas Assecuratórias (Sequestro e Arresto).....	632
11.8. O Problemático Desvio da Vinculação Causal. O Encontro Fortuito	633
11.9. Da Busca Pessoal. Vagueza Conceitual da “Fundada Suspeita”. Busca em Automóveis. Prescindibilidade de Mandado. Possibilidades e Limites. Busca Pessoal Não se Confunde com Intervenção Corporal....	634
Síntese do Capítulo	638

CAPÍTULO X

Sujeitos e Partes do Processo. A Comunicação dos Atos Processuais ao Acusado. Inatividade Processual. Do Assistente da Acusação	645
1. Sujeitos Processuais e a Problemática em Torno da (In)Existência de Partes no Processo Penal.....	645
2. Do Acusado. Citação, Notificação e Intimação como Manifestações do Direito Fundamental ao Contraditório e à Ampla Defesa. Ausência Processual e Inadequação da Categoria “Revelia”	646
2.1. A Comunicação dos Atos Processuais como Manifestação do Contraditório e da Ampla Defesa.....	647
2.2. A Citação do Acusado. Garantia do Prazo Razoável. Requisitos e Espécies. Citação por Carta Precatória e Rogatória. Citação do Militar, do Servidor Público e do Réu Preso	649
2.2.1. Concessão ao Acusado do Tempo e dos Meios Adequados para a Preparação de sua Defesa.....	650
2.3. Citação Real e Ficta (Edital)	653
2.4. Citação com Hora Certa	655
2.5. (Re)Definindo Categorias. Inatividade Processual Real e Ficta do Réu. Ausência e Não Comparecimento (Réu não Encontrado)	657
2.6. Aplicação do Art. 366 do CPP	658
2.6.1. Não Comparecimento. Suspensão do Processo e da Prescrição. Problemática	658
2.6.1.1. Aplicação Literal do Art. 366. Suspendendo o Processo e a Prescrição por Tempo Indeterminado. Recurso Cabível.....	659
2.6.1.2. Crítica à Suspensão Indefinida da Prescrição. Da Inconstitucionalidade à Ineficácia da Pena. A Súmula 415 do STJ.....	661
2.6.2. A (Injustificável) Exclusão de Incidência do Art. 366 do CPP na Lei n. 9.613/98 (Nova Redação Dada pela Lei n. 12.683/2012).....	664
2.6.3. Não Comparecimento. Prisão Preventiva. Produção Antecipada de Provas	666
2.7. Aplicação do Art. 367 do CPP. Ausência. A “Condução Coercitiva” do Art. 260 do CPP. Inconstitucionalidade.....	667
2.8. Inadequação da Categoria “Revelia” no Processo Penal.....	670
2.9. Notificação e Intimação do Acusado. Contagem de Prazos	672
3. Assistente da Acusação	674
3.1. Natureza Jurídica. Legitimidade, Capacidade e Interesse Processual. Pode o Assistente Recorrer para Buscar Aumento de Pena? Crítica à Figura do Assistente da Acusação	674
3.2. Corréu Não Pode Ser Assistente. Risco de Tumulto e Manipulação Processual	679

3.3. Momento de Ingresso do Assistente. Iniciativa Probatória. Pode o Assistente Arrolar Testemunhas?	680
3.4. Assistente Habilitado e Não Habilitado. Recursos que Pode Interpor. Prazo Recursal	682
Síntese do Capítulo	686

CAPÍTULO XI

Prisões Cautelares e Liberdade Provisória: A (In)eficácia da Presunção de Inocência..... 689

1. Presunção de Inocência e Prisões Cautelares: a Difícil Coexistência. A Inconstitucionalidade da Execução Antecipada da Pena	689
2. Teoria das Prisões Cautelares	695
2.1. <i>Fumus Boni Iuris</i> e <i>Periculum in Mora</i> ? A Improriedade desses Termos. Categorias do Processo Penal: <i>Fumus Commisssi Delicti</i> e <i>Periculum Libertatis</i>	695
2.2. Medidas Cautelares e Não Processo Cautelar	697
2.3. Inexistência de um Poder Geral de Cautela. Ilegalidade das Medidas Cautelares Atípicas	698
3. Principiologia das Prisões Cautelares	700
3.1. Jurisdicionalidade e Motivação	700
3.2. Contraditório	701
3.3. Provisionalidade e o Princípio da Atualidade do Perigo	703
3.4. Provisoriedade: Falta de Fixação do Prazo Máximo de Duração e o Reexame Periódico Obrigatório	706
3.5. Excepcionalidade	711
3.6. Proporcionalidade	713
4. Da Prisão em Flagrante. Medida de Natureza Pré-Cautelar. Análise das Espécies, Requisitos e Defeitos. Garantias Processuais e Constitucionais	716
4.1. Por que a Prisão em Flagrante Não Pode, por Si Só, Manter Alguém Preso? Compreendendo sua Pré-Cautelaridade	716
4.2. Espécies de Flagrante. Análise do Art. 302 do CPP	720
4.3. Flagrante em Crime Permanente. A Problemática do Flagrante nos Crimes Habituais	725
4.4. (I)Legalidade dos Flagrantes Forjado, Provocado, Preparado, Esperado e Protelado (ou Diferido). Conceitos e Distinções. Prisão em Flagrante e Crimes de Ação Penal de Iniciativa Privada e Pública Condicionada à Representação	727
4.5. Síntese do Procedimento. Atos que Compõem o Auto de Prisão em Flagrante	732

4.6. Garantias Constitucionais e Legalidade da Prisão em Flagrante. Análise do Art. 306 do CPP.....	734
4.7. A Decisão Judicial sobre o Auto de Prisão em Flagrante. Aspectos Formais e Análise da Necessidade da Decretação da Prisão Preventiva. Ilegalidade da Conversão de Ofício	737
4.8. A Audiência de Custódia	745
4.9. A Separação dos Presos Provisórios e a Prisão em Flagrante de Militar (Art. 300, Parágrafo Único).....	751
4.10. Refletindo sobre a Necessidade do Processo ainda que Exista Prisão em Flagrante: Contaminação da Evidência, Alucinação e Ilusão de Certeza	752
4.11. Relação de Prejudicialidade. Prestação de Socorro (Art. 301 da Lei n. 9.503/97) e Prisão em Flagrante.....	755
5. Da Prisão Preventiva. Do Senso Comum à Análise dos Defeitos Fisiológicos	756
5.1. Momentos da Prisão Preventiva. Quem Pode Postular seu Decreto. Ilegalidade da Prisão Preventiva Decretada de Ofício. Violação do Sistema Acusatório e da Garantia da Imparcialidade do Julgador... ..	756
5.2. Requisito da Prisão Preventiva: <i>Fumus Commissi Delicti</i> . Juízo de Probabilidade de Tipicidade, Ilicitude e Culpabilidade.....	759
5.3. Fundamento da Prisão Preventiva: <i>Periculum Libertatis</i> . Análise a Partir do Senso Comum Doutrinário e Jurisprudencial	762
5.4. Análise dos Arts. 313, 314, 315 e 316 do CPP. Casos em que a Prisão Preventiva Pode ou Não ser Decretada. A Necessidade de Fundamentação. O dever de revisão periódica.....	767
5.5. Análise Crítica do <i>Periculum Libertatis</i> . Resistindo à Banalização do Mal. Controle Judicial da (Substancial) Inconstitucionalidade da Prisão para Garantia da Ordem Pública e da Ordem Econômica. Defeito Genético	777
5.6. Prisão para Garantia da Ordem Pública. O Falacioso Argumento da “Credibilidade (ou Fragilidade?) das Instituições”. Risco de Reiteração. Crítica: Exercício de Vidência. Contraponto: Aceitação no Direito Comparado	784
5.7. Desconstruindo o Paradigma da (Cruel) Necessidade, Forjado pelo Pensamento Liberal Clássico. Alternativas à Prisão por “Conveniência da Instrução Criminal” e para o “Risco para Aplicação da Lei Penal”.....	787
5.8. Das Medidas Cautelares Diversas (ou Medidas Alternativas à Prisão Preventiva).....	792
5.8.1. Requisito, Fundamento e Limites de Incidência das Medidas Cautelares Diversas.....	792
5.8.2. Espécies de Medidas Cautelares Diversas	794

5.9. Da Prisão (Cautelar) Domiciliar.....	805
5.10. Decretação ou Manutenção da Prisão Preventiva quando da Sentença Penal Condenatória Recorrível ou da Decisão de Pronúncia..	807
6. Da Prisão Temporária.....	811
6.1. Duração da Prisão Temporária. Prazo com Sanção.....	813
6.2. Especificidade do Caráter Cautelar. Análise do <i>Fumus Commissi Delicti</i> e do <i>Periculum Libertatis</i> . Crítica à “Imprescindibilidade para as Investigações Policiais”.....	815
7. Prisão Especial. Especificidades da Forma de Cumprimento da Prisão Preventiva. Inexistência de Prisão Administrativa e Prisão Civil.....	820
8. Liberdade Provisória.....	825
8.1. Definindo Categorias: Relaxamento, Revogação da Prisão Cautelar e Concessão da Liberdade Provisória.....	825
8.2. Regime Jurídico da Liberdade Provisória.....	828
8.3. Da Fiança.....	830
8.4. Valor, Reforço, Dispensa, Destinação, Cassação, Quebramento e Perda da Fiança.....	833
8.5. Crimes Inafiançáveis e Situações de Inafiançabilidade. Ausência de Prisão Cautelar Obrigatória. Concessão de Liberdade Provisória sem Fiança e com Imposição de Medidas Cautelares Diversas.....	838
8.6. Ilegalidade da Vedação à Concessão de Liberdade Provisória. Possibilidade em Crimes Hediondos e Equiparados. Nova Lei de Tóxicos, Estatuto do Desarmamento e Lei n. 9.613 (Lavagem de Dinheiro)...	841
 CAPÍTULO XII	
Das Medidas Assecuratórias (Ou das Medidas Cautelares Reais).....	845
1. Explicações Iniciais.....	845
2. Do Sequestro de Bens Imóveis e Móveis.....	847
2.1. Requisito. Legitimidade. Procedimento. Embargos do Imputado e de Terceiro.....	847
2.2. Distinção entre Sequestro de Bens Móveis e a Busca e Apreensão. A Confusa Redação do Art. 132 do CPP.....	854
3. Hipoteca Legal e Arresto Prévio de Imóveis. Bens de Origem Lícita.....	855
4. Arresto de Bens Móveis. Origem Lícita. Art. 137 do CPP.....	858
5. Medidas Cautelares Reais: Demonstração da Necessidade e da Proporcionalidade. Problemática Não Enfrentada.....	860
6. Restituição dos bens apreendidos. Perdimento e Confisco.....	862
Síntese dos Capítulos XI e XII.....	870

CAPÍTULO XIII

Morfologia dos Procedimentos	875
1. Introdução: Sumária (Re)Cognição da Santa Trindade do Direito Processual Penal.....	875
2. Tentando Encontrar uma Ordem no Caos	878
3. Análise da Morfologia dos Principais Procedimentos	881
3.1. Rito Ordinário.....	881
3.1.1. Considerações Gerais. Morfologia. Quando Ocorre o Recebimento da Acusação? (ou a Mesóclise da Discórdia.....)	881
3.1.2. Da Rejeição da Denúncia ou Queixa. Análise do Art. 395 do CPP. Da Absolvição Sumária. Art. 397 do CPP	884
3.1.2.1. Rejeição. Inépcia da Denúncia ou Queixa	885
3.1.2.2. Rejeição. Falta de Pressuposto Processual ou Condição da Ação.....	888
3.1.2.3. Rejeição. Falta de Justa Causa. Condição da Ação	891
3.1.2.4. Da Absolvição Sumária. Art. 397 do CPP	892
3.1.3. A Audiência de Instrução e Julgamento.....	894
3.2. Rito Sumário	897
3.3. Rito Especial: Crimes Praticados por Servidores Públicos contra a Administração em Geral.....	899
3.4. Rito Especial: Crimes contra a Honra.....	901
3.5. Rito Especial da Lei de Tóxicos (Lei n. 11.343/2006).....	904
3.6. Os Juizados Especiais Criminais (JECrim) e o Rito Sumaríssimo da Lei n. 9.099	908
3.6.1. Competência dos Juizados Especiais Criminais Estaduais e Federais	908
3.6.2. Limite de Pena e Competência do JECrim. Causas de Aumento e de Diminuição de Pena. Concurso de Crimes: Material, Formal e Continuado.....	910
3.6.3. Composição dos Danos Cíveis e suas Consequências.....	912
3.6.4. Transação Penal.....	914
3.6.4.1. E se o Ministério Público Não Oferecer a Transação Penal?....	919
3.6.4.2. Cabimento da Transação Penal em Ação Penal de Iniciativa Privada.....	920
3.6.4.3. Descumprimento da Transação Penal	921
3.6.5. Suspensão Condicional do Processo.....	921
3.6.5.1. Considerações Introdutórias sobre a Suspensão Condicional do Processo.....	921

3.6.5.2. Alcance e Aplicação da Suspensão Condicional do Processo. Cabimento em Crimes de Ação Penal de Iniciativa Privada. Requisitos. Momento de Oferecimento.....	925
3.6.5.3. Suspensão Condicional do Processo e a Desclassificação do Delito: Aplicando a Súmula 337 do STJ.....	929
3.6.5.4. O Período de Provas e o Cumprimento das Condições. Causas de Revogação da Suspensão Condicional do Processo.....	932
3.6.5.5. Procedimento no Juizado Especial Criminal.....	937
3.6.5.5.1. Fase Preliminar. Alteração da Competência quando o Acusado Não É Encontrado. Demais Atos.....	937
3.6.5.5.2. Rito Sumaríssimo.....	941
3.6.5.5.3. Recursos e Execução.....	942
3.7. Crítica ao Sistema de Justiça Negociada.....	944
3.8. Rito dos Crimes da Competência do Tribunal do Júri.....	948
3.8.1. Competência e Morfologia do Procedimento.....	948
3.8.2. O Procedimento Bifásico. Análise dos Atos.....	949
3.8.2.1. Primeira Fase: Atos da Instrução Preliminar.....	950
3.8.2.1.1. Decisão de Pronúncia. Excesso de Linguagem. O Problemático <i>In Dubio Pro Societate</i> . Princípio da Correlação. Crime Conexo. Prisão Cautelar. Intimação da Pronúncia.....	955
3.8.2.1.2. Decisão de Impronúncia. Problemática Situação de Incerteza.....	970
3.8.2.1.3. Absolvição Sumária (Própria e Imprópria).....	973
3.8.2.1.4. Desclassificação na Primeira Fase (Própria e Imprópria) e em Plenário.....	977
3.8.2.2. Segunda Fase: Da Preparação do Processo para Julgamento em Plenário. Relatório. Crítica a que “Qualquer Juiz” Presida o Feito. Alistamento dos Jurados.....	979
3.8.2.2.1. Do Desaforamento e Reaforamento. Dilação Indevida e (De)Mora Jurisdicional. Pedido de Imediata Realização do Julgamento.....	983
3.8.2.2.2. Obrigatoriedade da Função de Jurado. Isenção. Alegação de Impedimento. Recusa de Participar e Ausência na Sessão. Serviço Alternativo. Problemática.....	988
3.8.2.2.3. A Sessão do Tribunal do Júri. Constituição do Conselho de Sentença. Direito de Não Comparecer. Recusas e Cisão. Instrução em Plenário. Leitura de Peças e Proibições. Uso de Algemas. Debates.....	990
3.8.2.2.4. Juntada de Documentos para Utilização em Plenário. Antecedência Mínima. O Problema das Manobras e Surpresas.....	1000

3.8.2.2.5. Considerações sobre os Quesitos. Teses Defensivas. Desclassificação em Plenário.....	1002
3.8.2.2.6. Da Sentença Condenatória e Absolutória. Problemas em Torno dos Efeitos Cíveis. A Prisão Preventiva. A (Inconstitucional) Execução Antecipada da Pena Quando Igual ou Superior a 15 Anos.....	1014
3.9. Crítica ao Tribunal do Júri: da Falta de Fundamentação das Decisões à Negação da Jurisdição.....	1023
Síntese do Capítulo	1033

CAPÍTULO XIV

Decisões Judiciais e sua (Necessária) Motivação. Superando o Paradigma Cartesiano. Princípio da Correlação (Congruência). Coisa Julgada..... 1045

1. <i>Dikeloḡía: La Ciencia de La Justicia</i>	1045
2. Controle da Racionalidade das Decisões e Legitimação do Poder	1048
2.1. Invalidade Substancial da Norma e o Controle Judicial	1051
2.2. A Superação do Dogma da Completude Jurídica. Quem nos Protege da Bondade dos Bons?.....	1054
2.3. À Guisa de Conclusões Provisórias: Rompendo o Paradigma Cartesiano e Assumindo a Subjetividade no Ato de Julgar, mas sem Cair no Decisionismo. A Preocupação com a Qualidade da Fundamentação das Decisões e o art. 315 do CPP	1056
3. Decisão Penal: Análise dos Aspectos Formais.....	1067
4. Princípio da Congruência (ou Correlação) na Sentença Penal	1072
4.1. A Imutabilidade da Pretensão Acusatória. Recordando o Objeto do Processo Penal	1072
4.2. Princípio da Correlação ou Congruência: Princípios Informadores. A Importância do Contraditório e do Sistema Acusatório	1073
4.3. A Complexa Problemática da <i>Emendatio Libelli</i> – Art. 383 do CPP. Para além do Insuportável Reduccionismo do Axioma <i>Narra Mihi Factum, Dabo Tibi Ius</i> . Rompendo os Grilhões Axiomáticos	1076
4.4. É Possível Aplicar o Art. 383 quando do Recebimento da Denúncia?	1085
4.5. <i>Mutatio Libelli</i> – Art. 384 do CPP. O Problema da Definição Jurídica mais Favorável ao Réu e a Ausência de Aditamento	1087
4.6. Mutações: de Crime Doloso para Culposos; Consumado para Tentado; Autor para Partícipe e Vice-Versa. Necessidade de <i>Mutatio Libelli</i>	1092
4.7. As Sentenças Incongruentes. As Classes de Incongruência. Nulidade	1095
4.8. Pode(ria) o Juiz Condenar quando o Ministério Público Requerer a Absolvição? O Eterno Retorno ao Estudo do Objeto do Processo Penal e a Necessária Conformidade Constitucional. A Violação da	

Regra da Correlação.....	1097
5. Coisa Julgada Formal e Material.....	1100
5.1. Limites Objetivos e Subjetivos da Coisa Julgada	1103
5.2. Algumas Questões em Torno da Abrangência dos Limites da Coisa Julgada. Circunstâncias e Elementares Não Contidas na Denúncia. O Problema do Concurso de Crimes. Concurso Formal, Material e Crime Continuado. Crime Habitual. Consumação Posterior do Crime Tentado	1104
Síntese do Capítulo	1111

CAPÍTULO XV

Atos Processuais Defeituosos e a Crise da Teoria das Invalidades (Nulidades). A Forma como Garantia.....	1117
1. Introdução. Meras Irregularidades e Atos Inexistentes	1117
2. Nulidades Absolutas e Relativas. Construção dos Conceitos a Partir do Senso Comum Teórico e Jurisprudencial	1120
2.1. Nulidades Absolutas. Definição	1120
2.2. Nulidades Relativas. Definição(?).....	1121
2.3. A Superação da Estrutura Legal Vigente. Nulidades Cominadas e Não Cominadas. Arts. 564, 566 e 571 do CPP	1122
2.4. Teoria do Prejuízo e Finalidade do Ato. Cláusulas Genéricas. Manipulação Discursiva. Crítica	1125
3. Análise a Partir das Categorias Jurídicas Próprias do Processo Penal e da Necessária Eficácia do Sistema de Garantias da Constituição	1128
3.1. Crítica à Classificação em Nulidades Absolutas e Relativas.....	1128
3.2. A Serviço de Quem Está o Sistema de Garantias da Constituição? A Tipicidade do Ato Processual. A Forma como Garantia. Convalidação (?). Nulidade Não É Sanção.....	1130
3.3. (Re)Pensando Categorias a Partir dos Conceitos de Ato Defeituoso Sanável ou Insanável. Sistema de Garantias Constitucionais. Quando o Feito com Defeito Tem de Ser Refeito	1138
3.4. Princípio da Contaminação. Defeito por Derivação. A Indevida Redução da Complexidade. Arts. 573 e 567 do CPP	1141
3.5. Atos Defeituosos no Inquérito Policial. Novamente a Excessiva Redução de Complexidade a Serviço da Cultura Inquisitória.....	1144
Síntese do Capítulo	1148

CAPÍTULO XVI

Teoria dos Recursos no Processo Penal (ou as Regras para o Juízo sobre o Juízo).....	1151
---	-------------

XXXII DIREITO PROCESSUAL PENAL ○ AURY LOPES JR.

1. Introdução. Fundamentos, Conceitos e Natureza Jurídica.....	1151
2. O Princípio do Duplo Grau de Jurisdição: Direito Fundamental? (In)Aplicabilidade nos Casos de Competência Originária dos Tribunais	1155
3. Classificando os Recursos: Ordinários e Extraordinários; Totais e Parciais; Fundamentação Livre ou Vinculada; Verticais e Horizontais; Voluntários e Obrigatórios. Crítica ao Recurso “de Ofício”.....	1158
4. Efeitos Devolutivo e Suspensivo. Conceitos e Crítica. Inadequação de Categorias diante dos Valores em Jogo no Processo Penal.....	1162
5. Regras Específicas do Sistema Recursal.....	1166
5.1. Fungibilidade	1166
5.2. Unirrecorribilidade	1168
5.3. Motivação dos Recursos	1169
5.4. Proibição da <i>Reformatio in Pejus</i> e a Permissão da <i>Reformatio in Mellius</i> . Problemática em Relação aos Julgamentos Proferidos pelo Tribunal do Júri	1170
5.5. <i>Tantum Devolutum Quantum Appellatum</i>	1174
5.6. Irrecorribilidade dos Despachos de Mero Expediente e das Decisões Interlocutórias (Simples).....	1175
5.7. Complementaridade Recursal e Memoriais Aditivos	1176
5.8. (In)Disponibilidade dos Recursos.....	1177
5.9. Extensão Subjetiva dos Efeitos dos Recursos.....	1178
6. Interposição. Tempestividade. Preparo na Ação Penal de Iniciativa Privada. Deserção.....	1180
7. Requisitos Objetivos e Subjetivos dos Recursos. Crítica à Transposição das Condições da Ação e Pressupostos Processuais	1184
8. Juízo de Admissibilidade e Juízo de Mérito	1191
Síntese do Capítulo	1194

CAPÍTULO XVII

Dos Recursos no Processo Penal: Espécies 1197

1. Do Recurso em Sentido Estrito.....	1197
1.1. Requisitos Objetivos e Subjetivos do Recurso em Sentido Estrito....	1197
1.1.1. Requisitos Objetivos: Cabimento, Adequação, Tempestividade e Preparo.....	1198
1.1.1.1. Cabimento e Adequação	1198
1.1.1.2. Tempestividade e Preparo	1209
1.1.2. Requisitos Subjetivos: Legitimação e Gravame.....	1211
1.2. Efeitos do Recurso em Sentido Estrito.....	1211

1.3. Aspectos Relevantes do Procedimento. Efeitos	1213
2. Do Recurso de Apelação	1216
2.1. Requisitos Objetivos e Subjetivos da Apelação.....	1217
2.1.1. Requisitos Objetivos e Subjetivos	1217
2.1.1.1. Cabimento e Adequação.....	1217
2.1.1.2. Tempestividade. Legitimidade. Gravame. Preparo. Processamento da Apelação.....	1240
2.2. Efeitos Devolutivo e Suspensivo. O Direito de Apelar em Liberdade	1245
3. Embargos Infringentes e Embargos de Nulidade	1248
3.1. Requisitos Objetivos e Subjetivos.....	1250
3.2. O Problema da Divergência Parcial. Interposição Simultânea do Recurso Especial e Extraordinário?.....	1253
3.3. Efeitos Devolutivo e Suspensivo	1256
4. Embargos Declaratórios	1258
4.1. Requisitos Objetivos e Subjetivos	1259
4.2. Efeitos Devolutivo, Suspensivo e Modificativo (Infringentes).....	1261
5. Do Agravo em Execução Penal	1265
5.1. Requisitos Objetivos e Subjetivos	1266
5.2. Aspectos Procedimentais. Formação do Instrumento e Efeito Regressivo.....	1267
5.3. Efeito Devolutivo e Suspensivo.....	1269
6. Da Carta Testemunhável.....	1269
7. Dos Recursos Especial e Extraordinário.....	1271
7.1. Requisitos Objetivos e Subjetivos	1274
7.1.1. Cabimento e Adequação no Recurso Especial	1274
7.1.2. Cabimento e Adequação no Recurso Extraordinário	1279
7.1.3. Demais Requisitos Recursais: Tempestividade, Preparo, Legitimidade e Interesse Recursal (Gravame)	1284
7.2. A Exigência do Prequestionamento	1286
7.3. A Demonstração da Repercussão Geral no Recurso Extraordinário. Reprodução em Múltiplos Feitos	1288
7.4. Efeito Devolutivo e Suspensivo.....	1293
7.5. Do Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário. Problemática em Torno do Agravo Interno.....	1294
Síntese do Capítulo	1301

CAPÍTULO XVIII

Ações de Impugnação	1307
----------------------------------	-------------

XXXIV DIREITO PROCESSUAL PENAL ○ AURY LOPES JR.

1. Revisão Criminal.....	1307
1.1. Cabimento. Análise do Art. 621 do CPP.....	1308
1.2. Prazo. Legitimidade. Procedimento.....	1316
1.3. Limites da Decisão Proferida na Revisão Criminal. Da Indenização.....	1320
2. Habeas Corpus.....	1323
2.1. Antecedentes Históricos no Brasil e Considerações Iniciais.....	1323
2.2. Natureza Jurídica e a Problemática em Torno da Limitação da Cognição.....	1324
2.3. Objeto.....	1327
2.4. Cabimento – Análise dos Arts. 647 e 648 do CPP. Habeas Corpus Preventivo e Liberatório.....	1328
2.4.1. O Habeas Corpus como Instrumento de Collateral Attack.....	1336
2.4.2. O Habeas Corpus contra Ato de Particular.....	1339
2.4.3. Habeas Corpus Preventivo.....	1340
2.5. Competência. Legitimidade. Procedimento.....	1342
2.6. Recurso Ordinário Constitucional em Habeas Corpus.....	1352
3. Mandado de Segurança em Matéria Penal.....	1355
3.1. Considerações Prévias.....	1355
3.2. Natureza Jurídica.....	1356
3.3. Objeto e Cabimento. Direito Líquido e Certo.....	1358
3.4. Legitimidade Ativa e Passiva. Competência.....	1362
3.5. Breves Considerações sobre o Procedimento.....	1363
Síntese do Capítulo.....	1366